



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Prefeitos querem audiência com governador para regularizar repasses da Saúde

Os prefeitos e seus respectivos secretários municipais de Saúde de Sergipe participaram até o início da tarde dessa sexta-feira, no auditório da AEASE, de um amplo debate sobre a dívida da Secretaria de Estado de Saúde com os municípios sergipanos. O evento foi organizado pelas Associações dos Municípios da Região do Centro Sul (AMURCES) e da Barra do Coitinguiba e Vale do Japarutuba (AMBARCO), além da Federação dos Municípios de Sergipe (FAMES).

Na oportunidade, houve um consenso para que seja agendada uma audiência com o governador em exercício, Jackson Barreto (PMDB), no sentido de ele receba os representantes ou toda a categoria para buscar uma solução para o impasse em torno do débito de quase R\$ 40 milhões que o Estado, através da Secretaria de Saúde, mantém com os municípios desde o ano passado. A informação é que em alguns casos o governo já começou a regularizar a situação. Os prefeitos querem que todos os municípios sejam contemplados.

O presidente da AMBARCO e prefeito de Nossa Senhora do Socorro, Fábio Henrique (PDT), disse que há um ano débito girava em torno dos R\$ 24

milhões e que, atualmente, está na faixa dos R\$ 40 milhões. "Os municípios querem receber. Nós estamos sendo cobrados pela população e pelo Ministério Público e precisamos desses recursos que o Estado tem que repassar para que a gente possa prestar um serviço melhor para a população. Vamos pedir esse agendamento ao governador do Estado para atender não apenas as entidades, mas todos os prefeitos do Estado".

Em seguida, Fábio Henrique destacou que a reunião é uma questão apartidária. "Não se trata de um movimento político aqui, mas pela Saúde da população. Nós estamos chegando a um momento em que se essa situação perdurar os municípios vão parar completamente o atendimento à população, o que seria uma tragédia", alertou o presidente da AMBARCO.

O presidente da AMURCES, Antônio da Fonseca Dória (PSB), o "Tonhão de Dorinha", foi o autor da proposta de se buscar o governador Jackson Barreto em busca de um diálogo. "Os municípios atravessam sérias dificuldades na área da Saúde e a preocupação de todos é que o Estado cumpra apenas o seu dever constitucional. A proposta é que o governador atenda todos os prefeitos para aprofundar o debate. Alguns municípios estão resolvendo, mas queremos que todos sejam atendidos. Entendemos as dificuldades quanto ao or-

çamento, mas Saúde é prioridade e não pode esperar".

Em seguida, Toninho de Dorinha disse que o Tribunal de Contas tem conhecimento que o recurso é partilhado e que ele deve ser repassado para os municípios. "O Estado não está repassando sua parte. O Ministério Público tem conhecimento deste problema desde o ano passado, assim como o Tribunal de Contas já que muitos municípios lhe oficiaram um pedido. Ex-prefeitos ficaram sem repassar recursos atrasados do ano passado. Um problema não gerado pelos gestores que, através dos balancetes, terão como comprovar que isso eram de restos a pagar do Estado. Somos a favor do diálogo. As contas chegam todos os meses na sua casa e você tem compromissos assumidos para quitar".

Por sua vez, o presidente da FAMES e prefeito de Monte Alegre, Antônio Rodrigues (PSC), o "Tonhão", disse que é fundamental que os prefeitos de todo o Estado consigam essa audiência com o governador e com a secretária de Saúde. "Até para que os prefeitos possam viabilizar, de imediato, essa negociação. Temos a informação que o município de Aracaju já sentou com o governo, discutiu e há a possibilidade de já receber um percentual de imediato. E os demais municípios estão desassistidos, sendo que nós prestamos os mesmos serviços e a mesma assistência", disse Tonhão, que pou-

cos municípios conseguiram liberar os repasses.

Tonhão explicou ainda que os recursos que não estão sendo repassados ajudam bastante aos municípios para investimentos na Saúde. "Se é um direito do município, acho que é justo que os prefeitos lutem por esses recursos. São recursos voltados para a questão farmacêutica e dos CAPS. Em algumas cidades esse montante é superior a R\$ 300 mil, que é um valor significativo para se fazer investimentos. É isso que nós queremos tratar com o governo e com a secretária".

O secretário municipal de Saúde de Nossa Senhora do Socorro e presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde de Sergipe (COSEMS/SE), Saulo Eloy Filho, disse que "o montante do endividamento do Estado com os municípios se aproxima dos R\$ 40 milhões. Esses recursos atendem diversos programas. Insuamos como insulina, por exemplo, estão atrasados! E população precisa tomar conhecimento desta realidade porque são os municípios que acabam sendo responsabilizados. O Estado chamou Aracaju para debater, mas não chamou os demais municípios! E por que não? Que dissociação é essa? Será que não moram sergipanos nos demais municípios?", questionou.